

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi

(Organizadora)

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-035-3

DOI 10.22533/at.ed.353191501

1. Arquitetura e urbanismo. 2. Patrimônio cultural. I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 1, apresenta 19 capítulos sobre os aspectos relevantes da área de conhecimento da Arquitetura e Urbanismo relacionado aos aspectos gerais das edificações. Os capítulos exibem a preocupação em relatar a importância de preservar os aspectos históricos e culturais que devem ser mantidos através das edificações.

O Patrimônio histórico cultural brasileiro de natureza material e imaterial, previsto na lei é uma forma de garantir a preservação e a história dos edifícios e possibilita manter a cultura em um determinado local e região. Embora, a maioria deles necessita de manutenção, reparos e restauração na materialidade para manter viva a imaterialidade contida nos imóveis.

Neste volume, os capítulos apresentam uma riqueza de detalhes e particularidades das edificações distribuídas em diversas cidades brasileiras. A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A COR E AS SUPERFÍCIES ARQUITECTÓNICAS EM EDIFÍCIOS PATRIMONIAIS: O CASO DA IGREJA DE N. S. DA CONCEIÇÃO DOS HOMENS PARDOS, LARANJEIRAS, BRASIL	
<i>Eder Donizeti da Silva</i> <i>Adriana Dantas Nogueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915011	
CAPÍTULO 2	18
A GALILÉ NOS CONVENTOS FRANCISCANOS NO NORDESTE DO BRASIL COLONIAL: INTEGRAÇÃO OU SEGREGAÇÃO?	
<i>Ivan Cavalcanti Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915012	
CAPÍTULO 3	33
A IMAGEM COMO SÍMBOLO: UMA FOTOGRAFIA E A MODERNIDADE ARQUITETÔNICA NAS PRIMEIRAS CASAS DE GOIÂNIA	
<i>Ana Amélia de Paula Moura Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915013	
CAPÍTULO 4	49
A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO LEGAL DO ENTORNO DOS BENS INVENTARIADOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL, RS, BRASIL	
<i>Andréia Schneid</i> <i>Ana Lúcia Costa de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915014	
CAPÍTULO 5	65
A TAIPA DE CARNAÚBA NO INTERIOR DO PIAUÍ: A INFLUÊNCIA DA GLOBALIZAÇÃO NA DESVALORIZAÇÃO DA CULTURA	
<i>Tayná Rosal Arnaldo</i> <i>Márcia Piauilino Lins</i> <i>Patrícia Mendes dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915015	
CAPÍTULO 6	78
ARQUITETURA E URBANISMO EM GOIÂNIA NOS REGIMES DE HISTORICIDADE TELEOLÓGICO E PRESENTISTA	
<i>Wilton Medeiros</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915016	
CAPÍTULO 7	89
CASA ZENON ROCHA: O PRIMEIRO TOQUE DA ARQUITETURA MODERNA NA CIDADE DE TERESINA	
<i>Emanuelle Karenyne Mota Chaves</i> <i>Hugo Bona de Carvalho</i> <i>Beatriz Natália Guedes Alcoforado Aguiar</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915017	

CAPÍTULO 8 101

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA ATTÍLIO CORREIA LIMA: REQUALIFICAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURA EDIFICADO

Ariene Ferreira Silva

DOI 10.22533/at.ed.3531915018

CAPÍTULO 9 119

DIÁLOGO ENTRE ARQUITETURA E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL

Ana Cristina de Souza

Eliana Maria dos Santos Bahia

DOI 10.22533/at.ed.3531915019

CAPÍTULO 10 136

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PRETENSAMENTE RESTAURADAS: O CASO DO CAMPUS DE LARANJEIRAS DA UFS/SERGIPE/BR

Eder Donizeti da Silva

Adriana Dantas Nogueira

Josefa Luana Oliveira Freire

DOI 10.22533/at.ed.35319150110

CAPÍTULO 11 153

GEOMETRIA E ARQUITETURA: CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURAS COMPLEXAS A PARTIR DE MÓDULOS GEOMÉTRICOS

Mariana Tiemi Uemura Kawaguti

Patricia Andrea Paladino

DOI 10.22533/at.ed.35319150111

CAPÍTULO 12 170

GERHARD BORMANN E O CEARÁ: NOVOS MATIZES NO PROCESSO DE DIFUSÃO DA ARQUITETURA MODERNA NO BRASIL

Paulo Costa Sampaio Neto

DOI 10.22533/at.ed.35319150112

CAPÍTULO 13 187

INDÍCIOS DA MODERNIZAÇÃO DA ARQUITETURA ESCOLAR NA DÉCADA DE 1930 EM MANUAIS DE OBRAS PÚBLICAS

Marina Goldfarb

Nelci Tinem

DOI 10.22533/at.ed.35319150113

CAPÍTULO 14 201

O RESGATE E A CONSERVAÇÃO DA MEMÓRIA PROJETUAL E CONSTRUTIVA DO CAMPUS

Claudio Antonio S. Lima Carlos

DOI 10.22533/at.ed.35319150114

CAPÍTULO 15 218

PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO EM RISCO: CASOS NO PLANALTO SUL-RIO-GRANDENSE

Liliany Schramm da Silva Gattermann

Mariana Mattei Santos

DOI 10.22533/at.ed.35319150115

CAPÍTULO 16	230
PATRIMÔNIO CULTURAL: DO TOMBAMENTO À RESTAURAÇÃO	
<i>Franciane dos Santos Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150116	
CAPÍTULO 17	241
A (NÃO) DOCUMENTAÇÃO DA MORTE DA ARQUITETURA INDUSTRIAL: ESTUDO DE CASO EM BELO HORIZONTE	
<i>Ronaldo Andre Rodrigues da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150117	
CAPÍTULO 18	261
ROTA DA ARQUITETURA RELIGIOSA NO PIAUÍ: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS INFLUÊNCIAS ESTILÍSTICAS DAS PRINCIPAIS EDIFICAÇÕES SACRAS DO SÉC. XVII	
<i>Alaiana Rodrigues Lima</i>	
<i>Tiago Silva de Sousa</i>	
<i>Modesto Luis de Sousa Neto</i>	
<i>Naira Oliveira Martins da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150118	
CAPÍTULO 19	274
SANTO ANTÔNIO DE JESUS – RECONSTRUINDO UMA HISTÓRIA CONSCIENTIZAÇÃO CULTURAL ATRAVÉS DA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS	
<i>Bruna Andrade Silva</i>	
<i>Jade Andrade Malta Santos</i>	
<i>Luana Veiga Meira</i>	
<i>Vitória Maria</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150119	
SOBRE A ORGANIZADORA	288

A IMAGEM COMO SÍMBOLO: UMA FOTOGRAFIA E A MODERNIDADE ARQUITETÔNICA NAS PRIMEIRAS CASAS DE GOIÂNIA

Ana Amélia de Paula Moura Ribeiro

Universidade Estadual de Goiás, Curso de Arquitetura e Urbanismo - Anápolis - GO.

RESUMO: O presente trabalho se desenvolve a partir de uma fotografia divulgada pela Revista A Casa em 1939 e aborda a questão da utilização de imagens como fontes de pesquisa historiográficas, tendo como plano de fundo a construção das primeiras casas de Goiânia e sua relação com a modernidade arquitetônica. Inicialmente serão levantados alguns aspectos teóricos relevantes para o emprego de imagens como fonte de pesquisa, em seguida os condicionantes e eventos históricos pertinentes ao processo da construção das primeiras casas de Goiânia serão tratados e, finalmente, a fotografia alvo deste trabalho será avaliada enquanto possível símbolo da modernidade representada pelas moradias goianienses.

PALAVRAS-CHAVE: fotografia; leitura de imagens; modernidade; primeiras casas; Goiânia.

ABSTRACT: The present work is developed from a photograph published by the magazine A Casa in 1939 and approaches the question of the use of images as historiographic research sources, having as background the construction of the first houses of Goiânia and its relation

with the architectural modernity. Initially some theoretical aspects will be raised relevant to the use of images as a research source, then the historical factors and events pertinent to the process of construction of the first houses of Goiânia will be dealt with, and finally, the target photograph of this work will be evaluated as a possible symbol of the modernity represented by those dwellings.

KEYWORDS: photography; reading images; modernity; first houses; Goiânia.

1 | INTRODUÇÃO

Revistas ilustradas são aquelas publicações onde as ilustrações existentes se relacionam a um ou mais textos nela publicados, integrando um mesmo projeto informativo, instrutivo e orientador de leitura, esse gênero só aparece na imprensa brasileira a partir da segunda metade do século XIX (SANT'ANNA, 2009), até então, as escassas publicações aqui existentes não apresentavam elementos gráficos (fotos, desenhos, etc.). Por sua vez, as revistas ilustradas “especializadas” no tema arquitetura e construção surgem no cenário brasileiro somente no século XX: a primeira publicação desta natureza da qual temos registro é revista *Architectura no Brasil*, cujo

primeiro volume foi publicado em 1921 (Figura 01).

Outra revista especializada que também surge nesta década é a revista *A Casa* (Figura 02), tal publicação constitui um verdadeiro depósito de informações sobre a arquitetura brasileira, pois entre os anos de 1923 e 1943 foi um dos principais veículos de divulgação da produção arquitetônica nacional. Vale destacar que foi durante essas décadas (entre 1920 e 1940) que se formulou no Brasil uma nova vertente arquitetônica de bases racionalistas, que liderada por Lucio Costa que fica conhecida como Escola Carioca. As transformações nos padrões técnicos, construtivos e estéticos na arquitetura nacional podem ser percebidas se examinarmos os diferentes números do periódico, inclusive através de elementos como tipografia utilizada e diagramação de imagens e textos.



Figura 01: Revista *Arquitectura no Brasil*.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – BN, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=308250&PagFis=0&Pesq=>

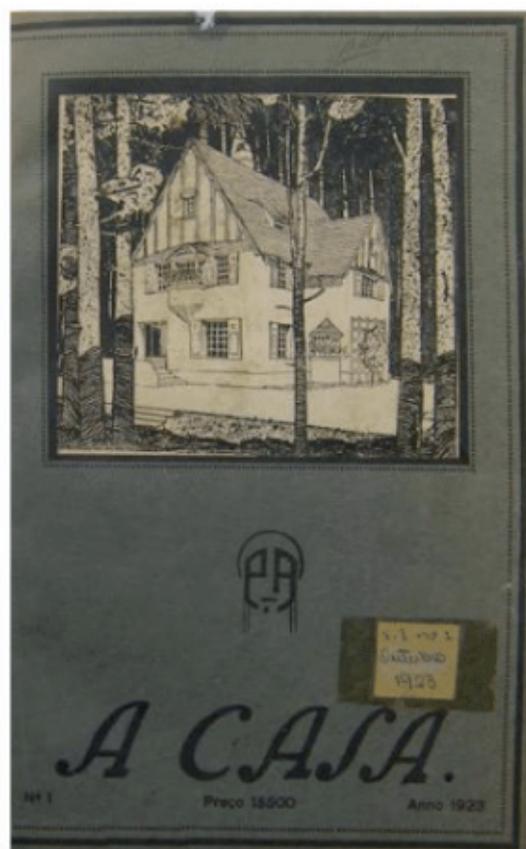


Figura 02: Primeira Edição da Revista *A Casa*.

Fonte: NERY, 2013, p. 294.

Durante uma pesquisa de mestrado realizada entre 2009 e 2011, onde o acervo correspondente às primeiras casas de Goiânia (1935-40) foi objeto de estudo, alguns exemplares destas revistas foram avaliados com o intuito de verificar se a produção goianiense se enquadrava no que era divulgado e realizado em outras partes do país. O valor de tais publicações é reforçado pelo fato de que as mesmas atuavam como verdadeiros catálogos de projetos, onde os diferentes modelos e linguagens arquitetônicas em voga podiam ser conhecidos e mesmo reproduzidos em diversos cantos do país.



Figura 03: Canteiro de Obras que apareceu na Revista “A Casa” de Julho de 1939, p. 33. A imagem aparece sem legenda e não há nenhuma referência direta a ela no texto.

O universo apresentado pelas revistas mostrou-se altamente instigante e mesmo com a significativa quantidade de imagens encontradas, uma particularmente se destacou naquele contexto. No volume de número 182 da revista A Casa, de julho de 1939, na página 33, a fotografia em questão foi empregada para ilustrar um pequeno texto que discorria sobre as vantagens do uso do cimento nas construções residenciais (Figura 03). A fotografia apareceu sem nenhuma legenda, não há indicação de autoria, ano ou local em que fora tirada, tampouco foi referenciada no texto a que estava vinculada. Apesar da ausência de informações, a estranha familiaridade que ela causou fez com fosse separada das demais e, ao término da pesquisa, quando muitos outros dados foram levantados, tal imagem saltou novamente à memória e pode ser conectada à narrativa que procurou traçar as origens da arquitetura residencial em Goiânia.

2 | SOBRE O EMPREGO DE IMAGENS EM PESQUISAS HISTORIOGRÁFICAS

Segundo Barthes (1990, p. 12), a mensagem fotográfica é uma mensagem sem código, ou seja, uma mensagem contínua. Tal característica também é compartilhada por outras reproduções analógicas da realidade: desenhos, pinturas, cinema e teatro, porém deve-se destacar que além do conteúdo analógico, que é a parte de realidade existente na cena, na paisagem, etc., uma mensagem suplementar sempre estará presente, que é a do “estilo” da reprodução. De modo objetivo pode-

se depreender que toda imagem possui uma mensagem denotada, que é o próprio *analogon*, e uma mensagem conotada, que é a maneira pela qual a sociedade lê o que a imagem oferece. Aí está o chamado paradoxo fotográfico: há uma mensagem sem código (análogo) e uma mensagem codificada (arte, tratamento ou retórica da fotografia). A conotação (interpretação) depende de um repertório pessoal formado por um conjunto de signos e referências históricas e culturais, sem as quais, muitas vezes, os objetos não terão sua complexidade compreendida. Tradicionalmente, o texto jornalístico usava a imagem para esclarecer ou “realizar” a palavra, ou seja, a *imagem ilustrava o texto*. Hoje o texto torna a imagem mais pesada, impõe-lhe uma imaginação, cultura ou moral.

Barthes (1990, p. 22) ao avaliar os procedimentos de conotação das imagens afirma, baseando-se em hipóteses de Bruner e Piaget, que não há percepção sem categorização imediata e que, portanto, a fotografia é verbalizada no momento em que é percebida, ou melhor, *só é percebida se verbalizada*. Desse modo, as conotações da fotografia coincidem como os planos de conotação da linguagem, dois quais vale destacar a conotação cognitiva, onde os significantes são extraídos de certas partes do *analogon*, como por exemplo: ao ver determinada vista de uma cidade, sei que estou em um país da Europa ou África, dependendo dos elementos que consigo identificar. A leitura aqui depende da bagagem cultural do leitor.

De Paula (1998), procura alertar ainda sobre alguns aspectos de devem ser considerados durante uma pesquisa com imagens e, sobretudo, quando há uma intenção de convertê-las em objeto de pesquisa. Neste sentido, a primeira questão levantada diz respeito ao fato de que o assunto registrado sempre mostrará apenas um fragmento do fato, pois a imagem obtida é o resultado de uma, das múltiplas formas de se ver, cuja decisão cabe ao fotógrafo (sendo ela consciente ou inconsciente), de modo que a interpretação do real por meio da fotografia será inevitavelmente influenciada por uma ou várias interpretações anteriores (KOSSOY, 1989, apud De Paula, 1998, p. 36). O autor reconhece que o processo de geração da imagem fotográfica envolve concomitantemente dois aspectos, o primeiro está relacionado à própria câmera e é o componente tecnológico (processos químicos, capacidade de captura de lentes, etc.), o segundo é o *poder de quem manipula* o primeiro, ou seja, a visão de mundo do fotógrafo. Apesar disso, vale ressaltar que a conotação (interpretação) da imagem também se dá através da interferência de outros agentes, como o editor do jornal ou revista e até mesmo o indivíduo que posa para a fotografia (ele pode tentar controlar os sentimentos que pretende exprimir pela fotografia).

Tendo tais aspectos em vista, vale ressaltar o fato de que a imagem pode impressionar, interessar, comover, apaixonar, nunca informar (SORLIN, 1994 p. 5), o que informa é a palavra, portanto arquivos audiovisuais sem menção de autor, local, data, exigem um comprometimento maior do pesquisador no sentido de ir além da precariedade de informações e buscar alternativas para referenciar a imagem. Uma contextualização geral, que parta obviamente de uma atenta análise morfológica, pode

indicar o período histórico aproximado, local provável, temática, etc., já pode permitir que imagens “anônimas” possam ser empregadas por pesquisadores como símbolos, ou seja, se a leitura permitir que ela tenha adquirido um sentido, segundo as categorias piercianas, ela poderia assumir tal papel uma vez que encerraria um código, percebido sob um ponto de vista estético, e, ou cultural (MANINI, 2005, p. 239).

A partir de tais considerações procuraremos no item 4.0 deste trabalho avaliar uma fotografia que, embora anônima, pode ser decodificada e assumir um papel simbólico importante no contexto narrativo da construção das primeiras casas de Goiânia.

3 | A CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA COMO CONSTRUÇÃO DA MODERNIDADE

3.1. A capital como um programa de governo

Com a Revolução de 1930, o governo Federal promoveu um desmonte das oligarquias regionais tendo como um dos mecanismos a indicação de interventores nos estados. A mentalidade política do momento preconizava o progresso e a instituição da modernidade aliados a um ideal nacionalista. Em Goiás, a nomeação de Pedro Ludovico Teixeira como interventor, suplantou a oligarquia dos Caiado que se encontrava no poder desde o início do século XX.

As dificuldades de se administrar na Cidade de Goiás, eram enormes, visto que os antigos dirigentes possuíam grande influência na região. O ambiente de disputa política dividia a opinião dos moradores do estado e colocava em risco o movimento revolucionário e seus ideais. A mudança da capital era antiga e remetia aos tempos da Capitania (PALACÍN, 1976, p. 11), a Revolução de 1930 foi o impulso que faltava para que o projeto se concretizasse, a construção de uma nova capital vinha, portanto, ao encontro da necessidade política do momento e reforçaria o ideário de modernidade propagado pelo poder central.

Modernidade e progresso eram tidos como sinônimos e no caso de Goiás, os novos dirigentes fizeram uso de algumas ideias já difundidas que diziam respeito à decadência e ao atraso do estado, associando-as ao governo anterior para assim legitimar seu plano de governo. O atraso pode ser entendido como o projeto de dominação política elaborado pelos antigos grupos oligárquicos que ao fazer uso de artifícios escusos, buscavam sua manutenção no poder, mesmo que suas decisões fossem de encontro às necessidades do estado.

A historiografia demonstrou que tal argumento não deve ser tomado como categórico, porém é fato que ao ser usado como elemento fundamental na consolidação do discurso dos vencedores, acabou legitimando o plano político do novo governo (CHAUL, 2010). Este personificaria vitória da razão, da liberdade, enfim, da modernidade em superação ao atraso representado pelo regime anterior do domínio

pessoal, das oligarquias, do coronelismo e dos favores políticos característicos da Primeira República no Brasil. Fazia-se necessário negar o passado, atribuindo aos antigos dirigentes toda a responsabilidade pelo pouco desenvolvimento de Goiás e mais, era o momento de se construir o novo, o moderno, Goiás finalmente entraria em uma era de progresso e modernidade.

O novo grupo dominante era formado por indivíduos que, muito embora permanecessem ligados à estrutura de poder fundiário, eram profissionais liberais: médicos, advogados, farmacêuticos e engenheiros, ou seja, apesar de estar vinculados às atividades do campo possuíam uma mentalidade urbana e um saber técnico, como o próprio Pedro Ludovico, síntese do tipo descrito: médico de formação e fazendeiro. O conhecimento técnico, mais especificamente, o saber médico, torna-se a base das ações do governo e é através dele que o discurso mudancista ganha corpo e se fortalece.

As grandes cidades, desde o século XIX, foram alvo de estudos e intervenções que visavam melhorar as condições de vida dos moradores, especialmente no que tange a saúde pública. O urbanismo enquanto disciplina nasce nesse período e sua linha de atuação dizia respeito à retificação dos problemas encontrados nos núcleos urbanos consolidados, através de obras de saneamento, abertura de vias, eliminação das moradias insalubres e regulamentação de novas construções, visando o bem-estar social e oferecendo condições adequadas para o desenvolvimento da vida moderna e da produção capitalista.

No Brasil, as primeiras iniciativas nesse sentido receberam o nome de melhoramentos urbanos, como as intervenções do prefeito Pereira Passos no Rio de Janeiro no início do século XX – abertura de vias, aterros e melhorias no abastecimento de água da cidade. Em São Paulo, especialmente a partir de 1917, reformas urbanísticas são realizadas nas áreas centrais da cidade, nos anos seguintes o planejamento assume níveis mais abrangentes com o Plano de Avenidas do engenheiro Prestes Maia, que definiu diretrizes para as grandes vias de circulação da cidade completadas na década de 1970. O país assiste nesse momento a uma enorme valorização do urbanismo e difusão das ideias referentes à ordenação dos espaços públicos e melhoramento das condições de transporte e saneamento das cidades, surgem grandes Planos de Remodelação que buscavam alterar a feição das cidades, modernizando-as. Nas demais capitais e grandes cidades do país, iniciativas semelhantes foram sendo tomadas, respeitando-se as limitações de recursos e os interesses das elites locais.

Em Goiás, Pedro Ludovico, em seu primeiro ano de governo (1931) sanciona o Regulamento de Saúde Pública, que dividia o estado em zonas sanitárias e estabelecia que somente médicos legalmente habilitados poderiam exercer as funções de delegados e inspetores do órgão (CHAUL, 2010, p. 216). A ênfase dada pelo governo às questões sanitárias fortaleceu o discurso mudancista que afirmava que Vila Boa, por suas condições topográficas e edificações insalubres, representava o passado a

ser superado. Os preceitos modernos de higiene, conforto e salubridade deveriam ser seguidos, uma nova capital alinharia Goiás às regiões mais desenvolvidas do país e proporcionaria uma ruptura com o atraso, colocando o estado na mesma sintonia do progresso idealizado por Vargas.

O fato é que ao assumir o poder o interventor não possuía nenhum projeto de governo capaz de garantir sua permanência no cargo que era provisório, a mudança da capital, uma discussão que remetia aos tempos coloniais, é então resgatada e legitimada pelo conhecimento médico. Assim, a construção de Goiânia assume o status de bandeira política e, se concretizada, atingiria dois alvos principais: afastar o centro de decisão político dos grupos depostos, trazendo a capital para a região mais desenvolvida economicamente do estado, e, em última instância, permitiria que Goiás tivesse maior participação no projeto nacionalista em curso. Com a nova capital, Pedro Ludovico atingiria seu objetivo de se consolidar no poder e passaria também a contar com o apoio cada vez maior dos grupos políticos do sul e sudoeste do estado.

3.2. Modernidade concretizada em pleno sertão: nasce Goiânia

Em 1933, Pedro Ludovico encaminha a Vargas um relatório de prestação de contas de três anos de governo que na prática tornou-se verdadeira propaganda, a venda de um projeto: o projeto de modernidade e progresso para Goiás. A nova capital é apresentada como algo já visualizado, imaginado, um produto pronto para ser consumido. No contexto de um Estado centralizador e nacionalista, que buscava uma “arrancada” do Brasil rumo a si mesmo, ao interior, surge o cenário ideal para a construção de Goiânia.

Nessa ocasião, o Interventor já havia nomeado uma comissão encarregada de escolher o local para a implantação da nova capital. No Decreto-lei nº 3.359 de 18 de maio de 1933, é então definido o local da implantação e os elementos básicos que deveriam ser contemplados no plano da cidade. Ainda em 1933, Pedro Ludovico convida o arquiteto Atilio Corrêa Lima para desenvolver o projeto e supervisionar a construção da capital. O projeto de Goiânia desenvolvido por Atilio, segundo Reis Filho (1995, p. 33), era um marco intermediário entre o urbanismo acadêmico e o racionalista que se iniciava. De formação francesa, o arquiteto busca em seu traçado o efeito monumental encontrado no princípio clássico adotado em Versailles, Karlsruhe e Washington, ao mesmo tempo em que atendia todas as características necessárias a uma cidade moderna: ruas largas e arborizadas, áreas verdes e parques de recreação, zoneamento de atividades, etc.

Em termos arquitetônicos, podemos dizer que o Estado Novo desejava imprimir sua marca nas principais cidades brasileiras, segundo Cavalcanti (2006, p. 17), construiu-se no Rio dos anos 1930/40 mais do que em Brasília nos anos 1950/60. Havia por parte do governo uma intenção de conferir unidade à arquitetura dos edifícios então construídos. Prova disso é a promulgação do decreto-lei nº 5.993/1943 que

institui a *Divisão de Edifícios Públicos*, que nasce com as “funções de opinar quanto à construção, remodelação ou adaptação de todos os edifícios destinados aos serviços públicos civis do país” (SEGAWA, 2006, p. 84).

Alguns setores estatais conseguiram promover a almejada uniformidade nas novas construções, como o Departamento de Correios e Telégrafos, que entre os anos 1930 e 1940 construíram 141 agências, todas com projetos elaborados na capital federal, seguindo uma linguagem de influência déco (VIDAL, 2008, sp.). Entretanto, a *Exposição de Edifícios Públicos*, realizada entre 29 de julho a 24 de agosto de 1944 no salão do Ministério da Educação e Saúde (ainda em construção) apresenta uma realidade bem distante da pretendida uniformidade arquitetônica do Estado.

No final dos anos 30 e início dos 40, longe da “unanimidade modernista” de Brasília, os arquitetos modernos disputavam com os adeptos das correntes neocolonial e acadêmica o privilégio de serem escolhidos pelo governo para efetuar as construções de seus ministérios e repartições. A seleção de formas arquitetônicas concretas que simbolizassem no Rio de Janeiro, então capital federal, o estilo e a face pública de um Estado que se queria “novo” envolveu disputas, explicitações de diferenças e conquistas de aliados em domínios não-arquitetônicos (...) (CAVALCANTI, 1995, p. 20).

É nesse contexto de efervescência e disputa no campo arquitetônico que nasce Goiânia. A construção de uma nova cidade representava todo ideal político do momento de expansão e modernização, da “Marcha para o Oeste”, verdadeiro marco do progresso empreendido por Vargas. A nova capital reflete em suas formas o “novo” e, embora tenha tido restrições e limitações (geográficas, tecnológicas e materiais) na sua construção, foi um marco na ocupação do estado e representou enorme ruptura com o cenário arquitetônico-urbanístico de Goiás.

Em termos estilísticos, tivemos a utilização de um repertório art déco nas construções oficiais e comerciais e o emprego de uma linguagem eclética e neocolonial nas primeiras construções residenciais. A arquitetura oficial encontrada em Goiânia, de formas simplificadas e volumes compactos que primam pela austeridade e horizontalidade das formas, já foi alvo de vários estudos, tendo sua importância histórica e cultural reconhecida pelo tombamento em nível federal do chamado *Acervo Arquitetônico e Urbanístico Art Déco de Goiânia*.

As primeiras casas a serem construídas em Goiânia, as chamadas casas-tipo, seriam destinadas aos funcionários do governo recém-transferidos para a nova capital e o governo do Estado, possuidor dos lotes, doaria aos funcionários que poderiam financiar a construção diretamente do estado ou ainda executar por conta própria suas moradias.

A ideia era que as casas-tipo funcionassem como modelos de uma nova forma de se habitar e construir. As construções da antiga Vila Boa passam a ser rejeitadas. A presença das alcovas (quartos de dormir, sem aberturas capazes de permitir a iluminação e ventilação naturais) e a inexistência de equipamentos sanitários, aliados à ausência de um sistema de coleta de esgoto, reforçavam os argumentos

que pretendiam desqualificar tais moradias, consideradas insalubres. O espírito da modernidade primava pela busca de condições sanitárias mais adequadas. As residências construídas nos primeiros anos representariam o desejo de modernização tão presente nos discursos políticos. A ruptura em relação às moradias tradicionais se concretizaria pelas opções estilísticas e também pelos materiais e técnicas construtivas empregadas.

Examinando detidamente a documentação e bibliografia pertinente ao tema, foi possível identificar a ocorrência de quatro tipos, ou categorias, de residências produzidas em Goiânia até 1940. Tal classificação nos permitirá esmiuçar os detalhes referentes aos padrões construtivos e identificar os pontos comuns existentes na diversidade de modelos disponíveis há época.

4 | NASCEM AS PRIMEIRAS CASAS (1935-40)

4.1. Casas-tipo especiais



Figura 04: Casas-Tipo Especiais em fase de finalização (1935).

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN) de Goiânia.

As casas-tipo especiais ou casas-tipo modelo, dizem respeito às primeiras moradias que de fato foram erguidas em Goiânia, ainda em 1935, as casas da Rua 20 (Figura 04). Tais residências, que nascem com a função de servir de “modelo” às demais construções da cidade, tiveram um padrão de acabamento elevado e

dispunham de todos os elementos característicos das moradias salubres e modernas construídas nas grandes cidades brasileiras. A feição das novas construções procurava distanciá-las o máximo possível das moradas tradicionais da antiga capital, além dos afastamentos em relação aos limites dos terrenos, a opção por telhados recortados com telhas planas e a inserção de novos elementos compositivos, como os alpendres e terraços, deram a tônica da mudança.

Foram erguidas seis casas térreas e quatro de dois pavimentos. Quanto aos aspectos formais e estilísticos, podemos dizer que tais moradias aproximavam-se dos *bungalows* americanos, pela presença marcante dos alpendres e volumetria compacta. O emprego das telhas planas, tipo Marselha (telhas francesas), que permitiam telhados com inclinações maiores, os revestimentos de pedra lavrada em alguns exemplares e a insinuação de elementos de madeira nas fachadas aos modos do enxaimel, indicam uma influência dos modelos pitorescos ou bucólicos, que por sua vez partiam das moradias medievais e tiveram grande difusão especialmente pelas experiências francesas no final do século XIX.

Um aspecto importante a ser levado em conta é que, muito embora houvesse a intenção de se construir casas exemplares, a escassez de mão-de-obra especializada e a dificuldade de se adquirir materiais industrializados ainda era grande naquele período, isso certamente limitou a reprodução dos modelos mais elaborados, visto que boa parte dos elementos decorativos, especialmente das fachadas, requeria uma especialização técnica e material difícil de obter em Goiás.

Ademais não se pode desconsiderar o aspecto econômico de tais empreendimentos, uma vez que essas casas eram construídas pelo governo e demandavam, além de tudo, de uma rapidez construtiva que restringia ainda mais o requinte e detalhamento. Nos primeiros anos, boa parte do material de construção empregado nas obras era beneficiado localmente. As dificuldades de transporte ocasionavam, inevitavelmente, atrasos nas obras e aumento nos valores inicialmente estimados. O aspecto final das casas era modesto, mas conseguia responder de modo contundente às imposições estabelecidas.

4.2. Casas-Tipo para Funcionários

As casas-tipo destinadas aos funcionários do governo possuíam um padrão construtivo semelhante ao das anteriormente apresentadas. Embora em termos estéticos sofram uma simplificação ainda maior, é possível dizer que seguiam uma mesma orientação no sentido da definição dos ambientes e racionalização construtiva.

As fachadas são muito simples, algumas sequer apresentam alpendres, provavelmente pelo fato de que sua presença implicava uma perda de área interna, nem sempre era desejável, já que os ambientes eram bem compactos. Nota-se também que todas possuíam escadas no acesso principal, com pelo menos dois espelhos. Esse elemento é gerado pela solução dada às fundações do edifício, que acabavam

constituindo um platô elevado, comum a todas as moradias do período, independente do padrão construtivo. Como exemplo desta tipologia, há o conjunto de casas de dois pavimentos da Rua 07 (Figura 05).

Além dos tipos de dois pavimentos, foram construídas casas para funcionários de apenas um pavimento (Figura 06), nestas, aparecem edifícios com área ainda mais reduzida, entretanto, no que diz respeito às opções formais, observa-se que essas mantinham a mesma linguagem dos sobrados.



Figura 05: Conjunto de casas-Tipo para funcionários em construção, situadas à Rua 07.

Fonte: ALVARES, 1943, p. 51.



Figura 06: Casas-Tipo Funcionários em fase de acabamento.

Fonte: Acervo MIS-GO.

4.3. Casas-Tipo para Operários



Figura 07: Casas para operários, recém-acabadas.

Fonte: Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

Para o bairro operário – Setor Norte ou Bairro Popular –, foram construídas casas-tipo muito similares às térreas destinadas aos funcionários do governo, entretanto, ainda mais compactas (Figura 07). As fachadas são singelas e não há a presença de nenhum elemento decorativo marcante. As águas, ou faces da cobertura, são perpendiculares à rua, porém lateralmente, recorre-se a um alpendre com abertura na forma de arco abatido. Devido à simplicidade dos programas, todas as paredes,

tanto externas quanto internas, possuem a mesma largura, 15 cm. Todas as portas internas apresentam folhas de 70 cm de largura e a abertura das janelas também é padronizada nos quartos e sala. Uma solução encontrada exclusivamente para lotes do Bairro Popular foi a das casas de apenas um quarto.

4.4. Casas de particulares



Figura 08: Residências de particulares.
Fonte: Acervo Fundação Biblioteca Nacional.



Figura 09: Residências de particulares.
Fonte: Acervo Fundação Biblioteca Nacional.



Figura 10: Residência em estilo misiones do Dr. Luiz da Glória Mendes, à Rua 3 esquina com Rua 23, Centro.
Fonte: SEPLAN de Goiânia.



Figura 11: Residência em estilo misiones do Dr. Eládio Amorim, Rua 16 do Centro.
Fonte: SEPLAN de Goiânia.

As casas de particulares, como o próprio nome indica, foram as moradias construídas por pessoas alheias ao funcionalismo público, mas que, ainda nos primeiros anos, mudaram-se para Goiânia e ali se estabeleceram. Essa nomenclatura apareceu no álbum oferecido por Pedro Ludovico a Getúlio Vargas em 1937 (Microfilme IC-31 n/p, Seção de Periódicos – Biblioteca Nacional). Segundo Mello (1996, p. 123) tais moradias surgiram por uma reação das camadas de maior poder aquisitivo, que insatisfeitas com “os protótipos apresentados pela Firma Coimbra Bueno” aspiravam “habitações diferenciadas, mais em acordo com os padrões estéticos em vigor no Rio de Janeiro e São Paulo”.

É compreensível que os moradores com mais recursos financeiros quisessem

diferenciar suas casas do universo das casas-tipo que, conforme mostrado, eram extremamente despojadas. Essa tentativa de personalização das moradias, que é um aspecto eminentemente burguês, surge com o ecletismo e, se pensarmos no cenário arquitetônico goiano daquele período, onde as possibilidades decorrentes da inserção dos novos padrões e a chegada de profissionais e materiais capazes de proporcionar uma nova feição às moradias ofereciam tal condição, não é de se espantar que tantas residências alinhadas à linguagem neocolonial, pitoresca, etc., surgissem na cidade.

É importante ressaltar esse aspecto da diferenciação, ou tentativa de estabelecê-la, que a moradia dos particulares almejava. Nas poucas imagens obtidas sobre esse tipo (Figuras de 08 a 11), notamos que mesmo nas casas térreas, de menores dimensões, uma atenção especial era dispensada às fachadas, que procuravam nos modelos difundidos pelas revistas, cinema e outros meios de comunicação do período, os elementos constituintes das novas habitações.

5 | NOVAMENTE A FOTOGRAFIA

Após percorrer esse breve histórico das primeiras casas de Goiânia, temos condição de retornar à fotografia exposta na primeira parte deste trabalho (Figura 12). Para avaliá-la e contextualizá-la, adotaremos a metodologia proposta por Manini (2011) e Meneses (2002) e começaremos com uma análise morfológica da imagem:

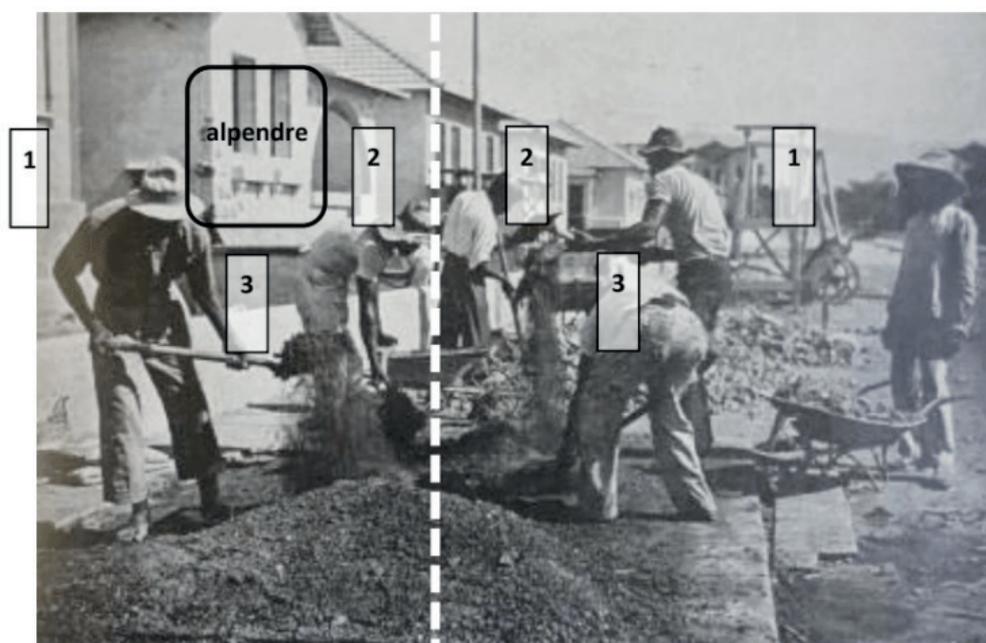


Figura 12: Canteiro de Obras que apareceu na Revista “A Casa” de Julho de 1939, p. 33, com intervenções realizadas pela autora.

Aspectos morfológicos

é uma paisagem;

pode ser considerada um instantâneo, não há pose, os operários aparentemente foram pegos de “surpresa”;

a cromia é preto e branco;

a composição está equilibrada, nota-se que os operários estão distribuídos simetricamente na imagem.

nota-se que as construções estão em fase de acabamento; há meio-fio, mas não há pavimentação na via; é uma área cuja ocupação ainda não foi iniciada; as casas que compõem a fotografia são todas diferentes entre si e estão afastadas em relação à rua e em relação às edificações vizinhas.

não existe nenhum elemento capaz de associá-la a um local específico (cidade, bairro, etc.)

Ora, considerando os elementos que compõem a imagem, e se observarmos o fato de que na matéria em que ela foi vinculada o tema era o emprego do cimento na construção civil, faz todo sentido que os elementos de destaque sejam os operários em seu trabalho cotidiano. Para além de seu objetivo inicial, tal imagem pode encerrar uma série de significados: já que está destituída de um contexto mais abrangente, poderíamos empregá-la para falar da falta de segurança no trabalho da construção civil na década de 1930 (observe que o operário 1 à esquerda está sem nenhum tipo de calçado); poderíamos utilizá-la para caracterizar um novo empreendimento imobiliário ainda em construção: novo conjunto habitacional, novo bairro, etc.; como também poderia ser perfeitamente empregada para compor o renque de imagens sobre a construção de Goiânia (Figuras de 04 a 11).

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os dados e imagens sobre as primeiras casas de Goiânia em mente e, considerando o aspecto já levantado que as construções da nova capital de Goiás correspondiam ao que estava sendo realizado em outras partes do país, a utilização desta fotografia anônima pode reforçar o fato de que em termos estéticos e no que diz respeito aos padrões construtivos, as moradias goianienses eram perfeitamente compatíveis com o que estava sendo feito no restante do país, inclusive com o que era divulgado na imprensa especializada.

O fato é que as moradias da nova capital surgiram em decorrência de um ambiente extremamente particular, elas foram a resposta dada aos condicionantes e às expectativas do seu tempo. O traçado da cidade emergia seguindo modernos

preceitos urbanísticos e demandou que os padrões modernos em termos de moradia fossem aqui implantados. A configuração urbana da nova capital, em que os terrenos são padronizados e existem normas a serem obedecidas, direcionou a ocupação dos lotes. A antiga solução de se erguer as moradias junto ao alinhamento das vias não era mais aceita. As casas goianienses descolam-se dos limites e com isso aparecem aberturas em todas as empenas, elas representaram uma nova maneira de se conceber a casa, que vinha acompanhada por mudanças de hábitos e de parâmetros de diversas ordens. Do ponto de vista estético a mudança é ainda mais clara, os novos modos de articulação entre edifício e lote permitiam que mesmo nas menores edificações pudesse ser notada a tão desejada individualidade.

Agora não era mais o conjunto, ou o casario unitário das cidades coloniais, as fachadas eram distintas, tanto no sentido de afirmarem uma personalização da moradia, quanto na busca pelo decoro. Ainda buscando as origens dessa arquitetura, através dos exemplos obtidos nas revistas e pelas leituras realizadas, ficou claro que os modelos construídos em Goiânia eram similares aos que estavam sendo feitos em outras partes do país, salvo pequenas adaptações intrínsecas ao processo.

BIBLIOGRAFIA

A CASA: REVISTA DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E ARTE DECORATIVA. Rio de Janeiro: O Construtor, 1923- (ano de encerramento da publicação desconhecido). Número: 182.

ALVARES, Geraldo Teixeira. **A luta na epopéia de Goiânia. Uma obra da engenharia nacional.** Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, 1942.

BARTHES, Roland. **A mensagem fotográfica**, In: BARTHES, Roland. O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 11-25.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950).** In: Palavras da Cidade. Maria Stella Bresciani (Org). Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2001, p. 343-366.

CAVALCANTI, Lauro. **Moderno e Brasileiro: anotações para a história da criação de uma nova linguagem na arquitetura.** In: PÉSSOA, José (Org.). Moderno e Nacional. Niterói: EdUFF, 2006.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade.** 3ª Ed. Goiânia: Editora UFG, 2010.

DE PAULA, Jeziel. **1932: imagens construindo a história.** Campinas: UNICAMP/Piracicaba: UNIMEP, 1998. (Tempo e Memória, 7).

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios.** 3ª ed. Campinas: Papyrus, 1999. (Ofício de Arte e Forma).

IBGE. **Goiânia.** Conselho Nacional de Geografia, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1942.

MANINI, Miriam. **Imagem, imagem, imagem...: o fotográfico no foto-romance.** In: SAMAIN, Etienne (org.). O fotográfico. São Paulo: Hucitec/SENAC, 2005, p. 235-250.

MANINI, Miriam. **A leitura de imagens fotográficas: preliminares da análise documentária de fotografias**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, XII, 2011, Brasília: Anais do XII ENANCIB, 2011.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A fotografia como documento – Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico**, In: Tempo, Rio de Janeiro, n. 14, [2002], p. 131-151.

MELLO, Márcia Metran de. **Moderno e modernismo: a arquitetura dos 2 primeiros fluxos desenvolvimentistas de Goiânia – 1933 a 1950/1950 a 1964**. São Paulo: USP, 1996.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates de Nascimento. **Como nasceu Goiânia**. São Paulo: Revista dos tribunais, 1938.

MOURA, Ana Amélia de Paula. **Arquitetura residencial em Goiânia (1935-40): A modernidade revelada**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília: Brasília, 2011.

NERY, Juliana Cardoso. **Falas e ecos na transformação da arquitetura moderna no Brasil. Tese (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo)**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2013.

PALACÍN, Luis. **A fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1976.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Caderno de Pesquisa do LAP – Série Urbanização e Urbanismo (SET-OUT 95)**. São Paulo: USP, 1995.

SANT'ANNA, Benedita de Cássia Lima. **Ilustração Brasileira (1854-1855): leitura representativa de nossa primeira revista ilustrada**. Revista Ágora, n.9: Vitória, 2009. Disponível em: <www.periodicos.ufes.br/agora/article/download/1930/1442>

SEGAWA, Hugo. **Arquitetura na Era Vargas: Aveso da unidade pretendida**. In: PÊSSOA, José (Org.). *Moderno e Nacional*. Niterói: EdUFF, 2006.

VIDAL, Celma Chaves Pont. **Arquitetura, modernização e política entre 1930 e 1945 na cidade de Belém**. *Arquitextos – periódico mensal de textos de arquitetura*, texto especial 464, março de 2008. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp464.asp>>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-035-3

